Gabriela Curto Cristianes Lacerda^a, João Pedro Goncalves Lenzia, Sabrina de Souza Ramos^a, Barbara Sthefany de Paula Lacerda^a, Ludimila Forechi^a, Olindo Assis Martins Filho^b, Andréa Teixeira de Carvalho b. Luiz Antonio Bastos Camacho c. Daniel Antunes Maciel Villela^d, Lauro Pinto Neto^e, Filipe Faé^a, Anna Carolina Simões Moulin^a, Arthur Prando de Barros^a, Bárbara Oliveira Souza^a, Heitor Filipe Surlo^a, Gabriel Smith Sobral Vieira^a, Marina Deorce de Lima^a, Laís Pizzol Pasti^a, Luiza Lorenzoni Grillo^a, Laura Gonçalves Rodrigues Aguiar^a, Paula Athayde^a, Pietra Zava Lorencini^a, Hellen Carvalho Ribeiro a, Cinthia Eduarda Santos Soares^a, Mariana Macabú^a, Laíssa Fiorotti Albertino^a, João Pedro Moraes Miossi^a, Matheus Leite Rassele^a, Felipe de Castro Pimentel^a, Allan Gonçalves Henriques a, Maria Eduarda Moraes Hibner Amarala, Ketty Lysie Libardi Lira Machado a, José Geraldo Mill^a, Valéria Valim^a ^a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil ^b Instituto René Rachou (IRR), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil ^c Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Introdução: A pandemia de COVID-19 iniciou a corrida do desenvolvimento de vacinas globalmente. Os trabalhadores da saúde foram o primeiro grupo a receber imunizantes, e no Brasil os mais utilizados foram CoronaVac e AstraZeneca. O presente estudo teve como objetivo avaliar a imunogenicidade e a duração da resposta às vacinas Coronavac e Astrazeneca.

Métodos: Este estudo de coorte foi realizado no Hospital Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo (HUCAM-UFES/EBSERH). No total, 476 trabalhadores da saúde foram recrutados, 261 e 215 foram completamente imunizados com duas doses da vacina CoronaVac (VAC) e AstraZeneca (AZV), respectivamente. Dentre os que receberam o esquema vacinal VAC, a média de idade foi 43 anos. Dentre os que receberam o esquema vacinal AZV, a média de idade foi 44 anos. Os participantes foram acompanhados por meio de coletas de sangue para dosagem dos níveis de anticorpos IgG e IgG anti-spike (IgG-S), no dia da primeira dose (D0), 28 dias

após a primeira dose (D28), 28 dias após a segunda dose (D28*) e 180 dias após a primeira dose (D180).

Resultados: Antes da vacinação, 17,5% foram reagentes ao IgG e 42,8% ao IgG-S no grupo VAC (n = 257) e 13,2% para IgG e 29,7% IgG-S foram reativos no AZV. Em ambos os grupos, os níveis de anticorpos foram crescentes com pico 28 dias após a segunda dose com taxa de soroconversão de 100% e queda dos títulos após 180 dias. Após 180 dias, 92,9% se mantivessem reativos no grupo VAC e 100% no AZV no seguimento de 6 meses. No grupo VAC o pico de IgG total foi de 2,17mEq/dL e IgG-S de 1700 AU/mL. Em relação ao grupo de AstraZeneca o pico foi 5617, \pm 6101,8 AU/mL.

Conclusão: A reatividade humoral induzida pelas vacinas AstraZeneca e CoronaVac foi alta, com taxa de soroconversão de 100% com os dois imunizantes após a segunda dose. A CoronaVac induziu menores títulos de IgG-S, bem como redução de reatividade após 6 meses. Embora não esteja bem estabelecido correlatos de proteção, os títulos mais baixos e queda mais rápida dos níveis de anticorpos específicos, indica necessidade de reforço ou terceira dose.

Apoio e financiamento: HUCAM-UFES, EBSERH, ICEPi/ SESA.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101713

ÁREA: EDUCAÇÃO MÉDICA EM INFECTOLOGIA

AO 11

DESAFIOS PARA ADAPTAR O CURSO DE INFECTOLOGIA PARA ALUNOS DE MEDICINA **DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19: RELATO** DE UMA EXPERIÊNCIA BEM SUCEDIDA

Michel Laks, Carlos Roberto Veiga Kiffer, Eduardo Alexandrino Servolo Medeiros

Disciplina de Infectologia, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina (EPM), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, SP, Brasil

A partir do início de 2020, com a pandemia de COVID-19, os processos educacionais foram suprimidos no Brasil, com posterior retorno parcial e gradual às atividades. Os cursos médicos necessitaram de adaptações, como legislações de preparo para situação de emergência em saúde pública, como permitir a antecipação da conclusão do curso e a atuação de alunos na pandemia; e substituir disciplinas presenciais por aulas a distância utilizando-se tecnologias de informação e comunicação. Sociedades médicas emitiram recomendações de reorganização do calendário escolar e individualização das propostas pedagógicas de acordo com a realidade discente, docente e da instituição. Esta comunicação apresenta a experiência em um curso de infectologia para alunos do terceiro e sexto-anos de uma escola médica de universidade pública, federal. A coordenação do curso de infectologia seguiu as diretrizes da universidade para modificações de currículo, com destaque para flexibilidade curricular (2020 e 2021 trabalhados como um só bloco de conteúdo curricular),

⁽ENSP), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^d Programa de Computação Científica (PROCC), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

^e Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), Vitória, ES, Brasil

desenvolvimento de atividades domiciliares especiais, e medidas de segurança como uso de máscaras, higienização de mãos, distanciamento, ventilação dos espaços de aula e desinfecção dos espaços e equipamentos. A construção e utilização do espaço virtual mostrou-se um desafio para discentes e docentes, sendo o distanciamento físico entre estes atores um ponto negativo, sentido especialmente pelos docentes. Também houve remodelamento dos processos avaliativos; ao invés de notas, passou a se usar os conceitos "cumprido" e "não cumprido", com avaliações síncronas à distância. Outras adaptações moldaram o curso para atividades de discussão de casos clínicos elaborados pelos professores e apresentados pelos alunos, e individualizaram o ensino conforme o momento no curso: enquanto o discente do terceiro ano passou a realizar atividades exclusivamente de forma remota, o do sexto ano passou a realizar atividades nas unidades de internação exclusivas para COVID-19, interconsultas e acompanhamento de pacientes com doenças infecciosas distribuídos pelo hospital. Esta experiência demonstra que diretrizes nacionais e institucionais auxiliam na organização do curso em situações de excepcionalidade, que o apoio ao discente é essencial e que a dificuldade do docente deve ser adequadamente abordada para evitar prejuízos no processo ensino-aprendizagem em infectologia. A avaliação do curso por alunos e professores foi considerada muito boa.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101714

AO 12

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA SOBRE INFECTOLOGIA PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, SEGUINDO OS PRINCÍPIOS DO DETALHAMENTO ACADÊMICO

Ana Amelia Nascimento da Silva Bones, Silvio César Cazella, Airton Tetelbom Stein

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil

Introdução: Com 40 anos da primeira descrição da AIDS, as diretrizes clínicas atuais orientam o início da Terapia Antirretroviral (TARV) o mais breve possível a fim de diminuir a morbimortalidade e para conter a epidemia do HIV. Para ampliar o número de indivíduos tratados, o cuidado continuado das Pessoas Vivendo com HIV (PVH) sem imunossupressão passam ser de competência da Atenção Primária de Saúde (APS). Nesse contexto, uma das formas internacionais de divulgação de diretrizes para clínicos é a estratégia do Detalhamento Acadêmico (DA). A mesma caracteriza-se por uma forma efetiva de promover a implementação prática de novas diretrizes clínicas aos profissionais da APS, cujo o emprego é comumente visto em países desenvolvidos, sendo seu uso no Brasil ainda incipiente.

Objetivo: Conceber um objeto de aprendizagem (OA) virtual com a estratégia do DA na temática do manejo clínico do usuário com diagnóstico recente do HIV por médicos não especialistas em Infectologia.

Métodos: Seguindo o modelo de DA virtual proposto por Baldwin (2018), elencou-se os materiais instrucionais que contemplassem as metas educacionais estabelecidas: A seguir, ocorreu a elaboração do plano pedagógico, com objetivo de organizar o OA adaptando os elementos tradicionais do DA às metas estabelecidas e o desfecho preconizado, tendo os mesmos um caráter interacionista com o profissional da saúde. Finalizou-se com a construção do OA em si, com a pesquisa de termos técnicos sem estigma, disposição de materiais atualizados, fóruns de discussão, casos clínicos ilustrativos e a elaboração de uma ferramenta de recomendação para avaliar o fluxo de encaminhamento ao especialista ou da permanência do paciente na APS.

Resultados: O curso do manejo clínico e os materiais foram desenvolvidos voltados para os médicos da APS, com explicações detalhadas sobre a patogêneses do HIV e os detalhes da farmacologia da TARV. Casos clínicos e questões comentadas apresentam as respostas dos principais dilemas para o manejo clínico do HIV na APS.

Conclusões: A estratégia do DA para concepção de OA que pode ser empregado como apoio para implementações de diretrizes que possuem atualizações frequentes ao profissional não especialista na área, dado que ele apresenta outras necessidades de estudo, por apresentar uma abrangência clínica ampla e por uma agenda de compromissos de atendimentos ambulatoriais entre outras atividades pertinentes ao seu cargo.

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2021.101715

AO 13

HIV/AIDS EM CENA: UMA ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO SOBRE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS EM LIBRAS

Gabriela de Mello Colombo, Ana Amélia Nascimento da Silva Bones, Augusto Schallenberge, Claudia Giuliano Bica

Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, RS, Brasil

Introdução: Estima-se que a população surda no Brasil seja de 344.2 mil pessoas. Apesar da Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser legalmente reconhecida no país, existem barreiras de comunicação em saúde, o que amplia as lacunas de acesso, destacando-se a infecção pelo Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/Aids), decorrente da falta de acesso à prevenção, ao tratamento e à educação sexual. Objetiva-se neste estudo conceber uma ferramenta educacional em Libras sobre HIV/Aids, a fim de criar uma estratégia de comunicação educacional entre jovens surdos e profissionais da saúde. Métodos: Tratase de um estudo descritivo qualitativo a partir de uma situação problema de uma jovem surda que desconhece as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e procura informações a respeito.

Resultados: A vídeo aula, disponibilizada no hiperlink: https://youtu.be/xL9X4qB6l7Y, permite despertar o interesse